

Mãe D'Água-PB, 29 de junho de 2026.

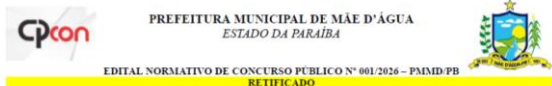
Contém 05 (cinco) páginas

Prefeito
Jucélio Pereira Moura

Vice-Prefeito
Glauco Paulino Lustosa

Chefe de Gabinete Ytapuam Nunes Lucena	Procurador Geral do Município Luciano de Figueiredo Sá	Sec. de Administração Gustavo Mendes da Silva Netto Káren Myrella Alves Monteiro	Sec. de Agric. e M. Ambiente Lindomar Oliveira dos Santos Jerry Adriano Mamede De Lucena
Sec. de Assistência Social João Paulo Trindade Ana Susana Soares da Rocha Cordeiro	Sec. de Cultura e Turismo Rosana Leão de Sousa Monteiro Alaneide de Oliveira Mota	Secretaria de Educação Edna Soares da Silva Gilmara Lucena dos Santos Soares	Sec. de Finanças Vilmária Alves de Oliveira Rodrigues Inácio Monteiro de Oliveira
Sec. de Infraestrutura e Obras Públicas Marcelo Alves Freire Nunes João Pedro Ferreira de Souza Marques	Sec. de Planejamento Orçamento e Gestão Vânia Maria Campos França	Sec. de Saúde Adrielly Eugenia Pereira da Costa Joseane Ferreira Lustosa	Tesouraria Antônio da Costa Palmeira Neto
Sec. De Serviços Públicos Normando de Lucena Soares Luiz Nunes da Silva	Sec. De Juventude, Esporte e Lazer Ducelio da Silveira Hipólito Marcelo Márcio da Silveira Santana	Sec. De Comunicação e Publicidade Institucional Damião de Lucena Lima	

ATOS DO PODER EXECUTIVO



A PREFEITURA MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que ficam abertas, durante o período constante no Anexo I, as inscrições do Concurso Público destinado ao provimento de cargos em seu quadro de servidores, sendo o presente certame regido pelas legislações pertinentes, além das disposições constantes neste Edital e em seus anexos.

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- A Comissão de Concurso Público, composta por membros do quadro de servidores da Prefeitura Municipal de Mãe D'Água, instituída através da Portaria Nº 082/2026, e a comissão organizadora responsável pela supervisão e fiscalização de todas as fases do certame.
- A Comissão Permanente de Concursos da Universidade Estadual da Paraíba - CPCon, e a instituição especializada responsável pela execução do Concurso Público, constando suas obrigações no Contrato nº01.037/2026, firmado entre a Prefeitura Municipal de Mãe D'Água e a Universidade Estadual da Paraíba.
- No total de 90 vagas ofertadas, estão incluídas 06 vagas reservadas para pessoas com deficiência (PCD), consideradas aquelas que têm impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstar sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- Não haverá, por parte da Prefeitura ou da CPCon, em nenhuma hipótese, fornecimento de transporte, hospedagem e/ou alimentação para os candidatos nos dias de prova, exceto-se inclusive das despesas com viagens sendo de responsabilidade dos candidatos a verificação, com antecedência, do local de provas disponibilizado, conforme Anexo I.
- O Concurso será realizado nas seguintes fases:
 - 1.1. Primeira fase, constituída de avaliação de conhecimentos através de provas escritas objetivas, de caráter eliminatório e classificatório, para todos os cargos;
 - 1.2. Segunda fase, constituída de avaliação de habilidades através de prova prática, de caráter eliminatório e classificatório, para os cargos de Motorista, Motorista Condutor Socorrista e Operador de Trator e de Máquinas Pesadas e prova de títulos, de caráter classificatório, para os cargos constantes nos quadros de cargos de Nível Superior - Magistério Completo.
- Todas as publicações do certame serão disponibilizadas no endereço eletrônico <https://cpcon.uspb.edu.br/pmmdadma2026>, conforme Anexo I.
- O Cronograma Provisório consta no Anexo I deste edital.
- O Contrato Programático está presente no Anexo II deste edital.
- As Atribuições dos Cargos constam no Anexo III deste edital.
- A Declaração de Uso de Nome Social consta no Anexo IV deste Edital.
- O Formulário para Emissão de Documentação para a Prova de Títulos consta no Anexo V deste Edital.
- Qualquer pessoa e parte legítima para impugnar este edital normativo devendo preencher o formulário eletrônico disponível em <https://forms.gle/GU204-MdMTCF5NcWg> no prazo informado no Anexo I.

DOS CARGOS

- Todos os cargos serão regidos pelo Regime Jurídico Estatutário, conforme a denominação, pré-requisitos e salário-base inicial regidos pela legislação específica e descritos neste documento.
- Os cargos oferecidos, número de vagas destinadas à ampla concorrência, requisito mínimo, jornada de trabalho e vencimento básico estão discriminados nos quadros abaixo.

CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO

Nº	CARGO	VAGAS (AC)	VAGAS (PCD)	REQUISITO MÍNIMO	JORNADA DE TRABALHO	VENCIMENTO BÁSICO
01	Auxiliar de Limpeza Urbana	08 + CR	-	Exatidão fundamental incompleto	40h	R\$ 1.621,00
02	Auxiliar Serviços Gerais	10 + CR	02 + CR	Exatidão fundamental incompleto	40h	R\$ 1.621,00
03	Coveiro	01 + CR	-	Exatidão fundamental incompleto	40h	R\$ 1.621,00

Nº	CARGO	VAGAS (AC)	VAGAS (PCD)	REQUISITO MÍNIMO	JORNADA DE TRABALHO	VENCIMENTO BÁSICO
04	Mercenária	08 + CR	01 + CR	Exatidão fundamental incompleto	40h	R\$ 1.621,00
05.1	Motorista (CNH B)	04 + CR	-	Exatidão fundamental incompleto	40h	R\$ 1.621,00
05.2	Motorista (CNH D)	05 + CR	-	Exatidão fundamental incompleto	40h	R\$ 1.621,00
06	Motorista Condutor Socorrista	CR	-	Exatidão fundamental incompleto - curso específico de transporte de veículos de emergência + CNH categoria D	40h	R\$ 1.621,00
07	Porteiro	10 + CR	02 + CR	Exatidão fundamental incompleto	40h	R\$ 1.621,00

Nº	CARGO	VAGAS (AC)	VAGAS (PCD)	REQUISITO MÍNIMO	JORNADA DE TRABALHO	VENCIMENTO BÁSICO
08	Operador de Trator e de Máquinas Pesadas	01 + CR	-	Exatidão fundamental incompleto - CNH categoria C	40h	R\$ 1.621,00

CR - vagas destinadas para cadastro de reserva

CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO

Nº	CARGO	VAGAS (AC)	VAGAS (PCD)	REQUISITO MÍNIMO	JORNADA DE TRABALHO	VENCIMENTO BÁSICO
09	Eleticista	01 + CR	-	Exatidão Fundamental Completo - curso de eletrotecnia com no mínimo 60h aulas.	40h	R\$ 1.621,00

CARGOS DE NÍVEL MÉDIO TÉCNICO COMPLETO

Nº	CARGO	VAGAS (AC)	VAGAS (PCD)	REQUISITO MÍNIMO	JORNADA DE TRABALHO	VENCIMENTO BÁSICO
10	Agente Administrativo	07 + CR	01 + CR	Exatidão Média completo	40h	R\$ 1.621,00
11	Agente de Combate às Endemias**	01 + CR	-	Exatidão Média completo - Curso de Formação Inicial de Agente de Combate às Endemias, com carga horária máxima de 40h, art. 9º, inciso II, da Lei Federal nº 11.150/2006	40h	R\$3.242,00
12.1	Agente Comunitário de Saúde*** (Área 01- UBS: Maria Neuma Soares)****	02 + CR	-	Exatidão Média completo - Curso de Formação Inicial de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária mínima de 40h, art. 9º, inciso II, da Lei Federal nº 11.150/2006	40h	R\$3.242,00
12.2	Agente Comunitário de Saúde*** (Área 02- UBS: Alzira da Silva Lucena)****	02 + CR	-	Exatidão Média completo - Curso de Formação Inicial de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária mínima de 40h, art. 9º, inciso II, da Lei Federal nº 11.150/2006 e realização de prova de conhecimentos em que situar, desde a data de publicação do Edital (art. 9º, inciso I, da Lei Federal nº 11.150/2006)	40h	R\$3.242,00
13	Educador Social	01 + CR	-	Exatidão média completo	40h	R\$ 1.621,00
14	Técnico em Endemias	01 + CR	-	Exatidão média completo - Curso Técnico em Endemias - Registro no COREN	40h	R\$ 1.621,00
15	Técnico em Farmácia	01 + CR	-	Exatidão média completo - Curso Técnico em Farmácia - Registro no CRF	40h	R\$ 1.621,00

**Para o cargo de AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS, caso o candidato não tenha concluído o curso de formação, poderá utilizar-se do que se encontra disponível gratuitamente oferecido pela AVASUS/UFERN através do link <https://www.uspb.edu.br/portal/avassus/cursos/curso-de-combate-a-endemias>

***Para o cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, caso o candidato não tenha concluído o curso de formação, poderá utilizar-se do que se encontra disponível gratuitamente oferecido pela AVASUS/UFERN através do link <https://www.uspb.edu.br/portal/avassus/cursos/curso-de-combate-a-endemias>

****ÁREA 01- UBS: MARIA NEUMA SOARES: Microárea 02 (Rua Antônio Cintra, Rua Camila Dutra, Rua Ernesto Vieira, Rua Gregório Simões, Rua José Maria Da Silveira, Rua Luiz Fernando De Figueiredo, Rua Manoel Nunes Trindade, Rua Sebastião Honorato, Rua Maria Madalena Monteiro, Microárea 03 (Rua Luiz Fernando De Figueiredo, Rua Manoel Nunes Trindade, Rua Pedro Soares, Rua Pedro Simões, Sítio Azeite, Sítio Casa De Pedro, Sítio Maqueta, Sítio Oito Da Água Seca, Sítio Mãe D'Água Sítio Novo Terço).

****ÁREA 02- UBS: ALZIRA DA SILVA LUCENA: Microárea 02 (Rua Abdon Pereira, Rua José Carlos, Rua José Pedro Da Silveira, Rua José Pedro, Rua José Romão, Rua José Senaldi, Rua José Simões De Azeite, Rua Maria De Oliveira Santana, Rua Nóbis Wanderley, Rua Severina Isabel, Sítio Chaco Antônio, Sítio João Da Cruz, Sítio Quaxabera, Sítio Rabeca, Sítio Três Azeites, Sítio Vassarela) Microárea 04 (Sítio Bon Jesus, Sítio Bragança, Sítio Mãe Da Luz, Sítio Novo Sítio Ponteiras, Sítio São Pedro, Sítio Vera Cruz).

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR COMPLETO

Nº	CARGO	VAGAS (AC)	VAGAS (PCD)	REQUISITO MÍNIMO	JORNADA DE TRABALHO	VENCIMENTO BÁSICO
16	Assistente Social	02 + CR	-	Exatidão superior em Serviço Social - Registro no CRESS.	30h	R\$ 1.621,00
17	Biomédico	01 + CR	-	Exatidão superior em Biomedicina - Registro no CRM	20h	R\$ 1.621,00
18	Enfermeiro	02 + CR	-	Exatidão superior em Enfermagem - Registro no COREN.	40h	R\$ 1.621,00
19	Farmacêutico	01 + CR	-	Exatidão superior em Farmácia - Registro no CRF	40h	R\$ 1.621,00
20	Fiscal de Tributos	01 + CR	-	Exatidão superior em Contabilidade ou Administração ou Direito em Economia	40h	R\$2.000,00
21	Fonoaudiólogo	02 + CR	-	Exatidão superior em Fonoaudiologia - Registro no CREFON	20h	R\$ 2.000,00
22	Médico Clínico - PSF	01 + CR	-	Exatidão Superior em Medicina - Registro no CRM	40h	R\$ 7.272,00
23	Nutricionista	02 + CR	-	Exatidão superior em Nutrição - Registro no CREN	20h	R\$ 1.621,00
24	Psicólogo	03 + CR	-	Exatidão superior em Psicologia - Registro no CRP	30h	R\$1.621,00
25	Terapeuta Ocupacional	01 + CR	-	Exatidão superior em Terapia Ocupacional - Registro no CREFITO	20h	R\$2.000,00
26	Pedagogo	01 + CR	-	Exatidão superior em Pedagogia	40h	R\$ 1.621,00

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR - MAGISTÉRIO COMPLETO

Nº	CARGO	VAGAS (AC)	VAGAS (PCD)	REQUISITO MÍNIMO	JORNADA DE TRABALHO	VENCIMENTO BÁSICO
27	Orientador Educacional	01 + CR	-	Exatidão superior em Pedagogia	25h	R\$4.063,36
28	Professor de Ciências	01 + CR	-	Licenciatura em Ciências ou Ciências de Natureza em Biologia ou Química ou Física	25h	R\$4.063,36
29	Professor de Educação Básica I	02 + CR	-	Exatidão superior em Pedagogia	25h	R\$4.063,36
30	Psicopedagogo	01 + CR	-	Exatidão superior em Psicopedagogia	40h	R\$1.621,00

AC - ampla concorrência
PCD - Pessoas Com Deficiência
CR - Cadastro de Reserva



2.3. Ao valor referente ao vencimento básico, poderão ser somadas gratificações, adicionais e outras vantagens legalmente atribuídas ao cargo.

2.4. O requisito mínimo e as demais exigências do cargo deverão ser comprovados quando da posse do candidato.

5. DA SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO

- 3.1. Estarão isentos do pagamento da taxa de inscrição do Concurso Público todos os candidatos que, comprovadamente, se enquadrarem na Lei Municipal nº 652/2026, que prevê isenção aos candidatos doadores de sangue.
- 3.1.1. Fica isento o doador de sangue do pagamento da taxa de inscrição nos concursos públicos no Município de Mãe D'Água, Estado da Paraíba.
- 3.1.2. A isenção de que trata o art. 1º desta Lei, somente aplica-se ao doador que na data da publicação do Edital do concurso, preencha os seguintes requisitos:
 - 3.1.2.1. Ser portador da Carteira de Doador de Sangue expedida por órgão competente;
 - 3.1.2.2. Ter doado sangue, conforme o disposto na Portaria do Ministério da Saúde de nº 1.376/1993;
 - 3.1.2.3. Ter feito no mínimo 03 (três) doações nos 12 (doze) meses anteriores à publicação do edital do concurso.
- 3.2. Os interessados em solicitar a isenção deverão preencher formulário eletrônico disponível em <https://forms.gle/VhJE9AvZziVm3wt8> e fazer a solicitação de isenção através da área do candidato do SIGEPS de acordo com o procedimento a seguir:
 - 3.2.1. Acesse <https://sistemas.cpc-on.upeb.edu.br/sigeps-app/login>
 - 3.2.2. Se for cadastrado, faça seu login, caso contrário, cadastre-se e faça seu login
 - 3.2.3. Clique em Concursos
 - 3.2.4. No banner de seu Concurso, clique em "TENHO INTERESSE"
 - 3.2.5. Clique em "SOLICITAR ISENÇÃO"
 - 3.2.6. Selecione o tipo da isenção
 - 3.2.7. No campo "Descrição da solicitação de Isenção", digite "Solicito Isenção"
 - 3.2.8. Clique em "SOLICITAR ISENÇÃO"
 - 3.2.9. Acesse <https://forms.gle/VhJE9AvZziVm3wt8>
 - 3.2.10. Preencha as informações solicitadas, inclusive inserindo a documentação informada no subitem a seguir.
- 3.3. Para análise da solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição, o candidato deve enviar, no formulário disponível em <https://forms.gle/VhJE9AvZziVm3wt8>, obrigatoriamente, para comprovação:
 - 3.3.1. Carteira de Doador de Sangue expedida por órgão competente;
 - 3.3.2. Comprovação de ter realizado no mínimo 03 (três) doações nos 12 (doze) meses anteriores à publicação do edital do concurso.
 - 3.3.3. Facultativamente, cópia de documento oficial com foto com número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF.
 - 3.4. O requerimento de isenção é realizado exclusivamente via internet e somente será considerada válida a última solicitação de isenção.
 - 3.5. As informações prestadas pelo candidato são de sua inteira responsabilidade, respondendo civil e criminalmente pelo teor das afirmativas.
 - 3.6. Não será concedida isenção de pagamento do valor de inscrição ao candidato que:
 - 3.6.1. Deixar de efetuar a solicitação de isenção, conforme subitem 3.2;
 - 3.6.2. Não encaminhar a documentação comprobatória informada no subitem 3.3;
 - 3.6.3. Omitir informações e/ou torná-las inverídicas;
 - 3.6.4. Não observar a forma, o prazo e os horários estabelecidos neste capítulo.
 - 3.7. A declaração falsa sujeitará o candidato às sanções previstas na lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto Federal nº 83.936/1979.
 - 3.8. A qualquer tempo poderão ser realizadas diligências relativas à situação declarada pelo candidato, deferindo-se ou não seu pedido.
 - 3.9. O candidato que não cumprir o disposto neste capítulo será excluído do processo de isenção.
 - 3.10. O candidato que tiver sua solicitação de isenção indeferida, poderá encaminhar recurso para a CPCon, conforme as normas definidas no capítulo 11.
- 3.11. O candidato, independentemente de ter seu requerimento de isenção do pagamento da taxa de inscrição deferido ou indeferido, deverá, no prazo previsto no Anexo I, realizar sua inscrição e, caso tenha seu pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição e/ou seu recurso indeferidos, deverá gerar o boleto correspondente e efetuar seu pagamento até a data limite.
- 3.12. PARA OS CANDIDATOS QUE TIVERAM SEU PEDIDO DE ISENÇÃO DEFERIDO, SOMENTE SERÁ CONSIDERADA VÁLIDA A ÚLTIMA INSCRIÇÃO EFETUADA POR TURNO DE APLICAÇÃO, OU SEJA, CASO O CANDIDATO EFETUE VÁRIAS INSCRIÇÕES PARA CARGOS COM PROVA NO MESMO TURNO, APENAS A ÚLTIMA SERÁ CONSIDERADA VÁLIDA, SENDO AS DEMAIS INSCRIÇÕES EXCLUÍDAS.
- 3.13. Caso o candidato tenha sua isenção indeferida, mesmo após a interposição do recurso, deverá gerar o boleto e efetuar o pagamento para ter sua inscrição homologada.

EDITAL NORMATIVO DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2026 | Prefeitura Municipal de Mãe D'Água 4 de 19

4. DAS INSCRIÇÕES

- 4.1. A inscrição do candidato implicará na ciência e aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.
- 4.2. Objetivando evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor da taxa de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para o Concurso Público.
- 4.3. No momento da inscrição, o candidato deverá assinalar concordância com os termos que constam neste Edital, acrescentando a certidão de que seus dados pessoais, sensíveis ou não, sejam tratados e processados de forma a possibilitar a efetiva execução do certame, com a aplicação dos critérios de avaliação e seleção. Concorda também com a autorização da divulgação do nome, número de inscrição, critério de desempenho e nota, em observância aos princípios da publicidade e da transparência que regem a Administração Pública e nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.
- 4.4. Não serão fornecidas a terceiros informações e/ou dados pessoais, sensíveis ou não, de outros candidatos.
- 4.5. As inscrições ficam abertas por meio da internet durante o período informado no Anexo I e serão realizadas exclusivamente pela internet, não sendo enviado e-mail com confirmação de inscrição.
- 4.6. Para efetuar a inscrição o candidato deverá acessar a área do candidato do SIGEPS, de acordo com o procedimento a seguir:
 - 4.6.1. Acesse <https://sistemas.cpc-on.upeb.edu.br/sigeps-app/login>
 - 4.6.2. Se for cadastrado, faça seu login, caso contrário, cadastre-se e faça seu login
 - 4.6.3. Clique em Concursos
 - 4.6.4. No banner de seu Concurso, clique em "TENHO INTERESSE"
 - 4.6.5. Clique em "QUERO ME INSCREVER"
 - 4.6.6. Selecione o nível de escolaridade do cargo e, em seguida, o cargo.
 - 4.6.7. Caso necessite de atendimento especial durante a realização da prova, queira ser tratado pelo nome social na hipótese de candidato transgênero/transvesti/transsexual, queira concorrer às vagas reservadas ou constar na lista especial de candidatos com deficiência ou, ainda, tenha exercido a função de jurado e queira ter o benefício no critério de desempate, observe os itens específicos para envio de documentação e assinalar o campo correspondente no SIGEPS.
 - 4.6.8. Após a leitura integral deste edital, declare conhecer e aceitar todas as normas do edital do Concurso clicando no campo correspondente.
 - 4.6.9. Clique em "CONFIRMAR INSCRIÇÃO"
 - 4.7. O descumprimento das instruções para inscrição implicará na não efetivação da inscrição.
 - 4.8. O valor da taxa de inscrição correspondente à opção do cargo será:
 - 4.8.1. Cargos de Nível Fundamental Incompleto e de Nível Fundamental Completo: R\$ 75,00 (setenta e cinco reais);
 - 4.8.2. Cargos de Nível Médio/Técnico Completo: R\$ 95,00 (noventa e cinco reais);
 - 4.8.3. Cargos de Nível Superior Completo e de Nível Superior - Magistério Completo: R\$ 115,00 (cento e quinze reais).
 - 4.9. O boleto bancário deverá ser quitado até a data prevista no Anexo I.
 - 4.10. O candidato poderá realizar mais de uma inscrição, mas caso o faça para cargos de mesmo nível de escolaridade e/ou com horário de prova idêntico, deverá decidir, no dia da realização da prova objetiva, para qual cargo deseja realizar a prova, sendo vedada a devolução da taxa de inscrição paga referente ao cargo não escolhido.
 - 4.10.1. No caso de o candidato inscrever-se para cargos de níveis diferentes e horário de provas distintas, não será necessário escolher para qual cargo deseja realizar a prova, uma vez haver compatibilidade de horário.
 - 4.11. Não serão consideradas válidas para efeito de homologação de inscrição o pagamento do boleto bancário através de depósito em caixa eletrônico, via postal, fac-símile (FAX), DOC, TED, PIX, ordem de pagamento, condicionais e/ou extemporâneas ou por qualquer outra via que não as especificadas neste Edital.
 - 4.11.1. Eventual ingresso financeiro em conta da Universidade Estadual da Paraíba dentro do pagamento de boleto bancário não será reembolsável, implicando na não efetivação da inscrição e sendo tratado como doação para o ente público.

- 4.12. As informações prestadas no formulário eletrônico de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, reservando-se às partes contratantes o direito de excluir do Concurso Público aquele que não preencher o formulário de forma completa e/ou fornecer dados inverídicos ou falsos.
- 4.13. Não serão aceitos pedidos de alteração de cargo depois de efetuada a inscrição ou mesmo transferência de titularidade da inscrição para pessoa diferente daquela que a realizou.
- 4.13.1. Fica vedada a devolução da taxa de inscrição, salvo em caso de cancelamento do certame por conveniência ou interesse da Prefeitura, hipótese em que os candidatos deverão aguardar recebimento de comunicação eletrônica por parte da CPCon com as instruções para solicitação de devolução da taxa de inscrição.
- 4.13.2. Após eventual comunicação eletrônica de que trata o subitem anterior, o candidato deverá encaminhar a solicitação com toda a documentação que lhe for solicitada no prazo de 09 (nove) dias, sob pena de a taxa de inscrição ser convertida em doação em favor da Universidade Estadual da Paraíba.
- 4.14. A CPCon não se responsabiliza por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência dos dados.

5 de 19

EDITAL NORMATIVO DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2026 | Prefeitura Municipal de Mãe D'Água

- 4.15. No ato da inscrição o candidato deve informar se necessita de atendimento especial e enviar a documentação comprobatória através do formulário disponível em <https://forms.gle/VhJE9AvZziVm3wt8> e observar em todo o caso o disposto no capítulo 6.
- 4.16. O candidato transgênero/transvesti/transsexual que desejar ser tratado pelo nome social durante a realização das fases do Concurso Público deverá, conforme prazos descritos no Anexo I deste Edital.
- 4.16.1. Assinalar no sistema de inscrição a opção correspondente à utilização de nome social durante a realização das provas, informando o nome pelo qual deseja ser tratado.
- 4.16.2. Imprimir, preencher e assinar a declaração que se encontra no Anexo IV deste Edital, enviando-a até o término das inscrições, através do formulário disponível em <https://forms.gle/VhJE9AvZziVm3wt8>.
- 4.17. O candidato que tenha exercido a função de jurado após a publicação da Lei nº 11.689/2008 e deseje ser reconhecido o exercício de tal função, deverá solicitar, durante o prazo previsto no Anexo I, a participação no certame nessa condição, encaminhando documento que comprove a sua participação no pleito, através do formulário eletrônico disponível em <https://forms.gle/VhJE9AvZziVm3wt8>.
- 4.18. Não será considerado como documento que comprove a condição referida no caput a carta de intimação para comparecer à sessão do Tribunal do Juri, devendo ser enviado declaração de comparecimento ou certidão emitida por servidor atestando a efetiva participação do candidato na função de jurado.
- 4.19. Não serão aceitas as solicitações de inscrição que não atenderem rigorosamente o estabelecido neste Edital.

5. DAS VAGAS RESERVADAS

- 5.1. As pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas no inciso VIII do art. 37 da Constituição Federal e assegurado o direito de inscrição para os cargos em Concurso Público, cuja atribuição seja compatível com a deficiência de que sejam portadoras, devendo fazer sua inscrição exclusivamente pela internet, observando o disposto no capítulo 4 e, em especial, o subitem 4.6.8.
- 5.2. Em cumprimento ao disposto no Decreto Federal nº 3.298/99 e suas alterações, será reservado o percentual aproximado de 6,7% (seis vírgulas e setenta e sete por cento) do total das vagas existentes, ficando reservadas as vagas imediatas expressas nas tabelas do capítulo 2 para pessoas com deficiência.
- 5.2.1. Nos demais casos, pela inexistência de vagas suficientes em que possam ser aplicadas as normas citadas ou pelas atribuições dos cargos, não haverá reserva imediata para pessoas com deficiência, mas será criada lista especial, composta por todos os candidatos homologados como PCD.
- 5.2.2. Considerando a necessidade de obedecer os limites percentuais de 5% a 20% das vagas, a nomeação de candidatos obedecerá a tabela abaixo, enquanto houver candidatos ao cargo na lista especial.

Lista/Cargo	Merendeira e Agente Administrativo	Auxiliar de Serviços Gerais e Porteiro	Demais Cargos
Lista da Ampla Concorrência	1ª a 4ª colocados	1ª a 4ª colocados	1ª a 4ª colocados
Lista de Pessoas com Deficiência	1ª (respeitando o limite máximo de 20%)	1ª (respeitando o limite máximo de 20%)	1ª (respeitando o limite máximo de 20%)
Lista da Ampla Concorrência	5ª a 38ª colocados	5ª a 8ª colocados	5ª a 38ª colocados
Lista de Pessoas com Deficiência	2ª (respeitando o limite mínimo de 5%)	2ª (10% dos nomeados, respeitando os limites mínimo e máximo)	2ª (respeitando o limite mínimo de 5%)
Lista da Ampla Concorrência	39ª a 57ª colocados	9ª a 57ª colocados	39ª a 57ª colocados
Lista de Pessoas com Deficiência	3ª (respeitando o limite mínimo de 5%)	3ª (respeitando o limite mínimo de 5%)	3ª (respeitando o limite mínimo de 5%)
Lista da Ampla Concorrência	58ª a 76ª colocados (de 18 em 18)	58ª a 76ª colocados (de 18 em 18)	58ª a 76ª colocados (de 18 em 18)
Lista de Pessoas com Deficiência	4ª (respeitando o limite mínimo de 5%) (1 candidato da Lista de Pessoas com Deficiência a cada 18 nomeados da Lista da Ampla Concorrência)	4ª (respeitando o limite mínimo de 5%) (1 candidato da Lista de Pessoas com Deficiência a cada 18 nomeados da Lista da Ampla Concorrência)	4ª (respeitando o limite mínimo de 5%) (1 candidato da Lista de Pessoas com Deficiência a cada 18 nomeados da Lista da Ampla Concorrência)

- 5.3. A necessidade de intermediários permanentes para auxiliar na execução das atribuições do cargo é obstáculo a posse no Concurso Público, não obstante a inscrição ou o exercício das atribuições pertinentes ao cargo a utilização de material tecnológico de uso habitual.

EDITAL NORMATIVO DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2026 | Prefeitura Municipal de Mãe D'Água

6 de 19

- 5.4. Após a investidura do candidato, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de aposentadoria.
- 5.5. Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstar sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, conforme art. 3º da Lei nº 13.146, de 7 de julho de 2016.
- 5.5.1. De forma particular, a luz do disposto no art. 3º do Decreto Federal nº 5.296/2004, é considerada pessoa com deficiência a que se enquadra nas seguintes categorias:
 - 5.5.1.1. deficiência física – alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformações estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;
 - 5.5.1.2. deficiência auditiva – perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;
 - 5.5.1.3. deficiência visual – cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 a 0,05 no melhor, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º, ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;
 - 5.5.1.4. deficiência mental – funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:
 - 5.5.1.4.1. comunicação;
 - 5.5.1.4.2. cuidado pessoal;
 - 5.5.1.4.3. habilidades sociais;
 - 5.5.1.4.4. utilização dos recursos da comunidade;
 - 5.5.1.4.5. saúde e segurança;
 - 5.5.1.4.6. habilidades acadêmicas;
 - 5.5.1.4.7. lazer; e
 - 5.5.1.4.8. trabalho.
 - 5.5.1.5. deficiência múltipla – associação de duas ou mais deficiências;
 - 5.5.2. Também são consideradas pessoas com deficiência, o portador de visão monocular, de acordo com a Lei Estadual nº 9.899, de 05 de outubro de 2012, o candidato com transtorno do espectro autista, nos termos da Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, o candidato com urticária unilateral, nos termos da Lei Estadual nº 10.971, de 19 de setembro de 2017, o candidato com doença renal crônica, nos termos da Lei Estadual nº 11.299, de 23 de janeiro de 2019, o candidato com fibromialgia, nos termos da Lei Estadual nº 13.265, de 27 de maio de 2024, e o portador de má-formação congênita Fissura Labiopalatina e/ou anomalias craniofaciais, e síndromes correlatas, salvo aquelas consideradas realidades, de acordo com a Lei Estadual nº 13.574, de 06 de março de 2025.
- 5.6. As pessoas com deficiência que se inscreverem para o mesmo cargo concorrerão apenas entre si e participam em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para os demais candidatos.
- 5.7. Se a pessoa com deficiência necessitar de atendimento especial para realização da prova objetiva, deverá requerê-lo nos termos dos capítulos 4 e 6.
- 5.8. Ao efetuar sua inscrição, o candidato deverá estar ciente das atribuições do cargo para o qual pretende inscrever-se e que, no caso de vir a exercê-lo, estará sujeito a avaliação pelo desempenho dessas atribuições para fins de habilitação no estágio probatório.
- 5.9. No período de inscrições, o candidato deverá encaminhar, através do formulário eletrônico disponível em <https://forms.gle/VhJE9AvZziVm3wt8>, laudo médico digitalizado que tenha sido expedido em no máximo 1 (um) ano antes do início das inscrições, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência.
- 5.9.1. No caso de deficiências congênitas ou adquiridas irreversíveis, será aceito laudo ou outro documento médico com prazo superior a 1 (um) ano, desde que conste expressamente a irreversibilidade da deficiência ou que, caso não esteja expresso, seja facilmente percebida a irreversibilidade da deficiência em simples análise da documentação.



- 5.9.2. O envio da documentação para concorrer à vaga reservada a pessoa com deficiência não exige o candidato de enviar a documentação para atendimento especial caso deseje.
- 5.9.3. Os candidatos que, dentro do período de inscrições, não encaminharem a documentação comprobatória de sua deficiência perderão o direito a concorrer às vagas reservadas, passando a concorrer às vagas destinadas à ampla concorrência.
- 5.10. A publicação do resultado final do Concurso Público será feita em lista única contendo a pontuação dos candidatos que concorreram às vagas da ampla concorrência e a pontuação dos candidatos que concorreram às vagas reservadas a pessoas com deficiência.
- 5.11. A pessoa com deficiência que tenha sido aprovada no Concurso Público deverá submeter-se a perícia médica a ser realizada por equipe multiprofissional indicada pela municipalidade, composta por profissionais capacitados e atuantes nas áreas das deficiências em questão, objetivando verificar se a deficiência se enquadra em previsão normativa, bem como avaliar a compatibilidade entre a deficiência e as atribuições do cargo a ser ocupado, observadas, ainda, as seguintes disposições:
- 5.11.1. A avaliação multiprofissional tem caráter terminativo, cabendo recurso administrativo diretamente à Câmara Municipal de Mãe d'Água, que determinará a reavaliação multiprofissional por outra equipe de profissionais.

EDITAL NORMATIVO DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2026 | Prefeitura Municipal de Mãe D'Água

7 de 19

- 5.11.2. A avaliação e condicionada à apresentação, pelo candidato, de documento de identidade original e terá por base laudo médico que ateste a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência.
- 5.11.3. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato à avaliação multiprofissional.
- 5.11.4. Será eliminado do Concurso a pessoa com deficiência incompatível com o cargo pretendido, após análise da equipe de avaliação multiprofissional.
- 5.11.5. A data e local da perícia médica será divulgada pela municipalidade por ocasião da nomeação das pessoas com deficiência.
- 5.12. As vagas reservadas a pessoas com deficiência que não forem providas por falta de candidatos, por reprovação no Concurso Público ou na perícia médica serão preenchidas pelos demais candidatos, com estrita observância à ordem classificatória.
- 5.13. A não observância, pelo candidato, de quaisquer disposições a respeito da reserva de vagas implicará na perda do direito à nomeação para a vaga reservada.
- 5.14. A documentação enviada pelo candidato será válida apenas para o presente certame e não vinculada à administração pública em relação a outros Concursos.

6. DO ATENDIMENTO ESPECIAL

- 6.1. O candidato que necessitar de atendimento especial para realização da prova deverá solicitá-lo no ato da inscrição, selecionando o tipo de atendimento desejado e encaminhar, através de formulário eletrônico disponível em <https://forms.gle/VhJF9AvJZaVn3t88>, documento assinado por médico da especialidade relacionada ao atendimento que comprova a necessidade desejada.
- 6.2. Caso o candidato após concluir sua inscrição, necessite de atendimento especial para realização da prova, deverá solicitá-lo até o término das inscrições, enviando o documento assinado por médico da especialidade relacionada ao atendimento que comprove a necessidade desejada da forma especificada no item anterior.
- 6.2.1. O atendimento de necessidade especial concedido a candidato que não enviar a documentação até o término das inscrições dependerá da conveniência e oportunidade administrativas, podendo ser negado se houver impossibilidade de atendê-lo.
- 6.2.2. O atendimento às condições solicitadas ficará sujeito à análise de viabilidade e razoabilidade do pedido.
- 6.3. A candidata lactante que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá solicitar atendimento especial nos termos deste Edital, informando a opção "Atendimento Especial" em campo próprio do sistema de inscrição e enviar a certidão de nascimento da criança ou documento expedido por médico atestando que, no dia do Concurso, a candidata irá amamentar.
- 6.3.1. A candidata lactante deverá, obrigatoriamente, levar um acompanhante adulto no dia de aplicação das provas, que ficará em sala reservada, sendo responsável pela guarda do lactante (e bebê) durante a realização das provas.
- 6.3.2. É vedado ao acompanhante da candidata lactante o acesso às salas de provas.
- 6.3.3. O acompanhante da candidata lactante deverá cumprir as obrigações constantes deste Edital, inclusive em relação ao horário de fechamento dos portões, sob pena de eliminação da candidata lactante no Concurso Público.
- 6.3.4. Qualquer contato entre a candidata lactante e o acompanhante responsável durante a realização das provas deverá ser presenciado por um fiscal.
- 6.3.5. Não será permitida a entrada do lactante e de seu acompanhante responsável após o fechamento dos portões.
- 6.3.6. A candidata lactante não poderá ter acesso à sala de provas acompanhada do lactante.
- 6.3.7. Não será permitida, em hipótese alguma, a permanência do lactante (e bebê) no local de realização de prova sem a presença de um acompanhante adulto.
- 6.4. As pessoas com deficiência visual (ambíopes) que solicitarem prova especial ampliada, serão oferecidas provas impressas em folha de formato A3.
- 6.4.1. Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres.
- 6.5. As pessoas com deficiência visual (com perda de visão total) que solicitarem atendimento de leitor, será oferecido automaticamente o atendimento de transcritor e concedido o tempo adicional de 1h.
- 6.6. As pessoas com necessidade de tempo adicional, ser-lhes-á concedido o tempo de 1h, sendo necessário que conste, no documento médico encaminhado durante o período das inscrições, expressa necessidade de tempo adicional.
- 6.7. As pessoas com outro tipo de necessidade especial, ser-lhes-á concedido o atendimento de acordo com a razoabilidade do pedido, devendo constar expressamente em documento médico a necessidade e o motivo da concessão.

7. DA PROVA OBJETIVA

- 7.1. A prova objetiva tem caráter eliminatório e classificatório e as áreas temáticas, número de questões e o respectivo peso são os especificados nos quadros abaixo:

EDITAL NORMATIVO DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2026 | Prefeitura Municipal de Mãe D'Água

8 de 19

NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO		
ÁREA TEMÁTICA	QUESTÕES	PESO
Língua Portuguesa	20	4,0
Matemática	10	3,0
Conhecimentos Gerais	10	3,0

NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO		
ÁREA TEMÁTICA	QUESTÕES	PESO
Língua Portuguesa	20	4,0
Matemática	10	3,0
Conhecimentos Gerais	10	3,0

NÍVEL MÉDIO-TÉCNICO COMPLETO		
ÁREA TEMÁTICA	QUESTÕES	PESO
Língua Portuguesa	15	3,5
Informática	10	3,0
Conhecimentos Específicos	15	4,5

NÍVEL SUPERIOR COMPLETO		
ÁREA TEMÁTICA	QUESTÕES	PESO
Língua Portuguesa	15	3,5
Estatística Básica	10	3,0
Conhecimentos Específicos	15	4,5

NÍVEL SUPERIOR - MAGISTÉRIO COMPLETO		
ÁREA TEMÁTICA	QUESTÕES	PESO
Língua Portuguesa	15	3,5
Conhecimentos Pedagógicos e Legislação Educacional	10	3,0
Conhecimentos Específicos	15	4,5

7.2. Para efeito do cálculo da nota da prova objetiva, será utilizado o seguinte modelo matemático:

$$N = \frac{\sum P_i \cdot P_i}{10}$$

Onde:

n = número de áreas temáticas

P = peso da área temática

λ = pontuação obtida

7.3. As provas objetivas têm pontuação máxima igual a 1.020 (mil e vinte) pontos e para saber quanto vale cada questão de uma determinada área temática, dividimos a pontuação máxima pelo número de questões.

7.4. As provas objetivas serão compostas por 40 (quarenta) questões, todas de múltipla escolha com 05 (cinco) alternativas e somente 01 (uma) dentre elas deverá ser assinalada como correta.

7.5. A questão que for anulada beneficiará todos os candidatos do(s) cargo(s) onde ela tiver sido cobrada.

Exemplo meramente ilustrativo de cálculo de nota para uma pessoa que concorra ao cargo de Nível Médio-Técnico Completo e tenha acertado 10 questões de Língua Portuguesa, 3 questões de Informática e 12 questões de Conhecimentos Específicos.

Nota da Disciplina = Nota Máxima / Número de Questões x Número de Acertos x Peso da Disciplina / 10

1º) Cálculo da nota de Língua Portuguesa

$$LP = 1020 / 15 \times 10 \times 3,5 / 10 = 68 \times 10 \times 3,5 / 10 = 2380 / 10 = 238$$

2º) Cálculo da nota de Informática

$$I = 1020 / 10 \times 3 \times 2 / 10 = 102 \times 3 \times 2 / 10 = 306 \times 2 / 10 = 612 / 10 = 61,2$$

EDITAL NORMATIVO DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2026 | Prefeitura Municipal de Mãe D'Água

9 de 19

3º) Cálculo da nota de Conhecimentos Específicos

$$CE = 1020 / 15 \times 12 \times 4,5 / 10 = 68 \times 12 \times 4,5 / 10 = 816 \times 4,5 / 10 = 367,2 / 10 = 367,2$$

Nota Final = Soma das Notas das Disciplinas

4º) Cálculo da Nota Final

$$NF = LP + I + CE = 238 + 61,2 + 367,2 = 299,2 + 367,2 = 666,4$$

Assim, um candidato do cargo de Nível Médio-Técnico Completo que tenha acertado 10 questões de Língua Portuguesa, 3 questões de Informática e 12 questões de Conhecimentos Específicos obtém Nota Final igual a 666,4 pontos.

7.6. A data de realização da prova objetiva consta no Anexo I, devendo-se observar que as provas para os cargos de nível fundamental incompleto, os cargos de nível fundamental completo, os cargos de nível superior completo e nível superior magistério completo ocorrerão pela manhã, enquanto as provas para os cargos de nível médio-técnico completo serão realizadas no período da tarde.

7.6.1. Durante o período da manhã, os portões serão abertos às 7h30min e fechados às 7h50min. As provas iniciar-se-ão às 8h00min e serão concluídas às 11h30min, podendo o candidato sair do local de prova a partir das 10h30min.

7.6.2. Durante o período da tarde, os portões serão abertos às 13h30min e fechados às 14h15min. As provas iniciar-se-ão às 14h30min e serão concluídas às 18h30min, podendo o candidato sair do local de prova a partir das 16h30min.

7.6.3. O candidato que se ausentar antes de decorridas 2 (duas) horas do início da prova será eliminado do Concurso Público.

7.6.4. Havendo alteração da data prevista, a prova poderá ocorrer em domingos ou feriados, excetuando-se aos sábados.

7.7. As provas objetivas serão realizadas no Município de Mãe D'Água e, caso o número de candidatos inscritos exceda a oferta de lugares adequados localizados em escolas públicas urbanas, a CPCon reserva-se ao direito de aloca-los em cidades próximas à determinada para aplicação das provas em um raio de até 100km, não assumido, entretanto, qualquer responsabilidade quanto ao transporte e alojamento desses candidatos.

7.8. A CPCon e a Prefeitura Municipal de Mãe D'Água não se responsabilizam por eventuais coincidências de datas e horários de provas e quaisquer outras atividades.

7.9. As informações sobre o horário, local, sala e carteira onde o candidato realizará sua prova serão disponibilizadas na área do candidato conforme determinado no Anexo I, sendo de inteira responsabilidade do candidato obter a informação, o qual só poderá realizar a prova na data, horário e local constantes no Cartão de Inscrição.

7.10. Somente será admitido acesso à sala de provas o candidato que estiver portando documento de identidade original com foto que o identifique, sendo considerada válida a cópia autenticada.

7.10.1. Considera-se como documento válido para identificação do candidato: cédula de identidade (RG) expedida por Secretarias de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pela Polícia Federal, a identidade expedida pelo Ministério das Relações Exteriores para estrangeiros, a identidade expedida por conselho de fiscalização profissional nos casos em que tenham validade como documento de identidade; a Carteira de Trabalho e Previdência Social, o Certificado de Reservista ou o Certificado de Dispensa de Incorporação; a Carteira Nacional de Habilitação com fotografia.

7.10.2. Não será considerada válida foto de documento de identidade.

7.10.3. O documento digital que tenha validade de documento de identidade com foto (e-título, CNH digital, identidade digital, por exemplo) será aceita apenas se acessado o aplicativo na frente dos fiscais, não sendo válida a captura de tela sem sendo parando na aplicação candidato conectado Wi-Fi para acesso à internet.

7.10.4. O cartão de inscrição não terá validade como documento de identidade.

7.11. Não haverá segunda chamada ou repetição de prova, não podendo o candidato justificar sua ausência pelo desconhecimento sobre a realização da prova, caracterizando-a como desistência do candidato e eliminação no Concurso Público.

7.12. A CPCon solicitará aos candidatos, durante a aplicação das provas, a identificação digital na folha de respostas, bem como a transcrição da frase que estará destacada na capa do caderno de prova para a folha de respostas.

7.13. Na realização da prova escrita objetiva serão fornecidos o caderno de prova e a folha de respostas com os dados do candidato para aplicação a assinatura em campo próprio e transcrição das respostas com cotação esferográfica de tinta preta em azul produzida em material transparente.

7.13.1. O candidato que receber sua caderno de prova e/ou folha de respostas com quaisquer folhas de impresso, em branco ou para cargo diferente do escolhido não será prejudicado, devendo comunicar o fato ao fiscal de sala para registro em ata e entregar caderno de prova e/ou folha de respostas reserva, não sendo aceitos recursos em momento posterior à aplicação das provas, assumindo para si a responsabilidade caso não proceda conforme este subitem.

7.13.2. O candidato deverá assinalar a folha de respostas, único documento válido para a correção da prova, usando seu preenchimento de prova e folha de respostas, não havendo substituição da folha de respostas por erro do candidato, o qual só se responsabilizará intencionalmente por prejuízos advindos de marcações feitas de forma incorreta na folha de respostas.

EDITAL NORMATIVO DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2026 | Prefeitura Municipal de Mãe D'Água

10 de 19

7.14. O candidato deverá comparecer ao local de prova designado pela CPCon munido de carteira esferográfica de tinta preta ou azul produzida em material transparente para preencher os alvéolos na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitida a utilização de qualquer outro material para realização da prova.

7.14.1. Não serão computadas questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rascunho, ainda que legível.

7.14.2. Não deverá ser feita pelo candidato nenhuma marca fora dos campos reservados às respostas, a transcrição da frase ou a assinatura, sob pena de impossibilidade de leitura da folha de respostas.

7.15. Durante a realização da prova, não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de celular, aparelhos eletrônicos, relógio, máquina calculadora, livros, códigos, manuais, impressos, anotações ou equipamentos de qualquer natureza.

7.16. Ao terminar a prova, o candidato deverá comunicar o fiscal e entregar a este a folha de respostas e o caderno de provas, sob pena de eliminação do candidato que se recusar a entregá-las.

7.17. Caso o candidato seja um dos últimos 3 (três) candidatos a entregar a prova, deverá permanecer na sala até o término das provas para assinar a ata de sala, devendo ser registrada em ata a eventual recusa a permanecer no local de provas, justificando-a.

7.18. Motivada a eliminação do candidato no Concurso Público, sem prejuízo das sanções previstas, caberá a busca a estrutura de burla a quaisquer das normas definidas neste Edital ou na legislação que regule o certame, nos comunicados, nas intimações ao candidato ou nas instruções constantes na prova, bem como o desacato a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

7.19. Será excluído do Concurso Público o candidato que:

7.19.1. apresentar-se após o horário estabelecido, mantendo-se em qualquer situação;

7.19.2. não comparecer às provas, seja qual for o motivo alegado;

7.19.3. não apresentar documento que permita a identificação;

7.19.4. ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal;

7.19.5. apresentar-se após o fechamento dos portões, conforme indicado nos subitens 7.5.1 e 7.5.2;

7.19.6. ausentar-se do local de provas antes de decorridas duas horas do início da prova escrita objetiva;

7.19.7. for surpreendido em comunicação com outras pessoas, portando ou utilizando-se de livro, anotação, impresso, bem como máquinas calculadoras ou similar;

7.19.8. se mantiver em uso ou posse de relógios de quaisquer tipos, bonês, bonés, e qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, câmera ou lente não transparente, walkman, agenda eletrônica, notebook, tablet, gravador, gravador ou outros equipamentos similares) bem como protetores auriculares no interior da sala de aplicação da prova ou em qualquer local do setor da prova no horário de aplicação da mesma, sendo eliminado o candidato cujo aparelho celular ou equipamento eletrônico vibre e/ou soar alarme ou algum toque de chamada no interior da sala, corredores, banheiros ou qualquer ambiente do setor de provas, sem direito a recursos;

7.19.9. for pegado portando celular ou equipamento similar na sala ou banheiros ou aos locais específicos para tomar água durante o horário de realização das provas;

7.19.10. abrir o saco plástico lacrado no interior da sala de prova;

7.19.11. fazer anotação de informações referentes às suas respostas em qualquer meio não autorizado neste Edital, exceto no caderno de prova;

7.19.12. entrar portando arma, mesmo que possuía o respectivo porte;

7.19.13. deixar não de seus livros para a execução das provas;

7.19.14. não devolver a folha de respostas e o caderno de provas ao término de sua prova;

7.19.15. não devolver a folha de respostas e o caderno de provas quando informado sobre o fim do tempo para a prova, por qualquer meio, a ordem dos trabalhos, ocorrendo em comportamento individual;

7.20. Não será permitida a entrada do candidato na sala de prova com quaisquer dos objetos indicados no subitem 7.19.8, devendo eles serem acondicionados devidamente e lacrados em saco plástico fornecido pela CPCon;

7.20.1. Somente será permitida a permissão do uso de protetor auricular se apresentado documento médico que ateste a necessidade da permissão. Exceto o documento na posse da CPCon;

7.21. Por ocasião da realização da prova escrita objetiva:

7.21.1. O candidato, ao terminar a prova, entregará ao fiscal a folha de respostas e o caderno de provas;

7.21.2. O candidato, ao terminar a prova, entregará ao fiscal a folha de respostas e o caderno de provas;

7.21.3. O candidato, ao terminar a prova, entregará ao fiscal a folha de respostas e o caderno de provas;

7.21.4. O candidato, ao terminar a prova, entregará ao fiscal a folha de respostas e o caderno de provas;

7.21.5. O candidato, ao terminar a prova, entregará ao fiscal a folha de respostas e o caderno de provas;

7.21.6. O candidato, ao terminar a prova, entregará ao fiscal a folha de respostas e o caderno de provas;

7.21.7. O candidato, ao terminar a prova, entregará ao fiscal a folha de respostas e o caderno de provas;

7.21.8. O candidato, ao terminar a prova, entregará ao fiscal a folha de respostas e o caderno de provas;

7.21.9. O candidato, ao terminar a prova, entregará ao fiscal a folha de respostas e o caderno de provas;

7.21.10. O candidato, ao terminar a prova, entregará ao fiscal a folha de respostas e o caderno de provas;

7.21.11. O candidato, ao terminar a prova, entregará ao fiscal a folha de respostas e o caderno de provas;

7.21.12. O candidato, ao terminar a prova, entregará ao fiscal a folha de respostas e o caderno de provas;

7.21.13. O candidato, ao terminar a prova, entregará ao fiscal a folha de respostas e o caderno de provas;

7.21.14. O candidato, ao terminar a prova, entregará ao fiscal a folha de respostas e o caderno de provas;

7.21.15. O candidato, ao terminar a prova, entregará ao fiscal a folha de respostas e o caderno de provas;

7.21.16. O candidato, ao terminar a prova, entregará ao fiscal a folha de respostas e o caderno de provas;

7.21.17. O candidato, ao terminar a prova, entregará ao fiscal a folha de respostas e o caderno de provas;

7.21.18. O candidato, ao terminar a prova, entregará ao fiscal a folha de respostas e o caderno de provas;

7.21.19. O candidato, ao terminar a prova, entregará ao fiscal a folha de respostas e o caderno de provas;

7.21.20. O candidato, ao terminar a prova, entregará ao fiscal a folha de respostas e o caderno de provas;

7.21.21. O candidato, ao terminar a prova, entregará ao fiscal a folha de respostas e o caderno de provas;

7.21.22. O candidato, ao terminar a prova, entregará ao fiscal a folha de respostas e o caderno de provas;

7.21.23. O candidato, ao terminar a prova, entregará ao fiscal a folha de respostas e o caderno de provas;

7.21.24. O candidato, ao terminar a prova, entregará ao fiscal a folha de respostas e o caderno de provas;

7.21.25. O candidato, ao terminar a prova, entregará ao fiscal a folha de respostas e o caderno de provas;

7.21.26. O candidato, ao terminar a prova, entregará ao fiscal a folha de respostas e o caderno de provas;

7.21.27. O candidato, ao terminar a prova, entregará ao fiscal a folha de respostas e o caderno de provas;

7.21.28. O candidato, ao terminar a prova, entregará ao fiscal a folha de respostas e o caderno de provas;

7.21.29. O candidato, ao terminar a prova, entregará ao fiscal a folha de respostas e o caderno de provas;

7.21.30. O candidato, ao terminar a prova, entregará ao fiscal a folha de respostas e o caderno de provas;

7.21.31. O candidato, ao terminar a prova, entregará ao fiscal a folha de respostas e o caderno de provas;

7.21.32. O candidato, ao terminar a prova, entregará ao fiscal a folha de respostas e o caderno de provas;

7.21.33. O candidato, ao terminar a prova, entregará ao fiscal a folha de respostas e o caderno de provas;

7.21.34. O candidato, ao terminar a prova, entregará ao fiscal a folha de respostas e o caderno de provas;

7.21.35. O candidato, ao terminar a prova, entregará ao fiscal a folha de respostas e o caderno de provas;

7.21.36. O candidato, ao terminar a prova, entregará ao fiscal a folha de respostas e o caderno de provas;

7.21.37. O candidato, ao terminar a prova, entregará ao fiscal a folha de respostas e o caderno de provas;

Diário Oficial do Município de Mãe D'Água-PB, 29 de junho de 2026 Contém 05 (cinco) páginas



- 9.13. As comprovações de autoria de artigos científicos completos em periódicos com ISSN com Qualis A1/B2 deverão ser feitas através do envio de cópia da página do artigo que contenha a identificação dos autores, o título do artigo, a identificação do periódico, entre outros identificadores, tais como DOI - *Digital Object Identifier/Identificação de Objeto Digital*, ISSN, número, volume e, para os casos de revistas digitais, link de acesso.
- 9.13.1. Será considerado para fins de pontuação a classificação de periódicos quadrante 2021-2024 disponibilizada em <https://www.cnpq.br/pt-br/avaliacao-publicacoes/relatorio-avaliacao-publicacoes-qualis-luz> Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
- 9.14. Serão contabilizadas como participação em publicação em anais de eventos científicos locais, regionais, nacionais ou internacionais (seminários, congressos e/ou conferências) tanto as declarações/verificadas de participação, de apresentação de trabalhos nas formas oral ou pôster/painel, de publicação em anais como a cópia da capa, da ficha catalográfica e do sumário, além de quaisquer outros meios de prova que o candidato julgar necessário a fim de se comprovar inequivocamente sua autoria em anais.
- 9.15. Em todos os documentos apresentados, caso haja o campo destinado a assinatura, deve este ser devidamente preenchido, sendo encoberta toda e qualquer documentação que não atenda a esse requisito, exceto se a única assinatura faltar for a do candidato que envie a documentação.

10. DA CLASSIFICAÇÃO

- 10.1. A classificação dos candidatos dar-se-á na ordem decrescente das notas obtidas nas provas, por cargo de opção, sendo considerado eliminado o candidato que obtiver a nota inferior a 600,00 (seiscentos pontos).
- 10.2. Os candidatos que se submeterem à segunda fase terão como nota final a soma aritmética da pontuação obtida na primeira fase com a pontuação obtida na segunda fase.
- 10.3. No suposto de igualdade da nota final e como critério de desempate, terá como prioridade, sucessivamente, o candidato que:
- 10.3.1. Se enquadrar no Estatuto do Idoso na data da publicação do resultado final e tiver maior idade, considerando-se, no, mês e dia (Lei nº 10.741/2003).
- 10.3.2. Caso não se enquadre no Estatuto do Idoso, se houver segunda fase para o cargo, obtiver maior nota na prova prática.
- 10.3.3. Obter maior nota na área teórica de:
- 10.3.3.1. Conhecimentos específicos, para os cargos de nível médio/técnico completo, superior completo e superior magistério completo.
- 10.3.4. Obter maior nota na área teórica de:
- 10.3.4.1. Informática, para os cargos de nível médio/técnico completo;
- 10.3.4.2. Raciocínio Lógico, para os cargos de nível superior completo.
- 10.3.4.3. Conhecimentos Pedagógicos e Legislação Educacional, para os cargos de nível superior magistério;
- 10.3.5. Obter maior nota na área teórica de:
- 10.3.5.1. Língua Portuguesa, para os cargos de nível médio/técnico completo ou superior completo.

EDITAL NORMATIVO DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2026 | Prefeitura Municipal de Mãe D'Água 16 de 19

- 10.3.6. Durante o período de inscrições tiver comprovado o efetivo exercício da função de jurado após a publicação da Lei nº 11.489/2008.
- 10.3.7. Não sendo idoso nos termos legais, tiver maior idade, considerando-se, no, mês e dia.
- 10.3.8. **Previdenciado e/ou aposentado** será realizado por sorteio público.

11. DOS RECURSOS

- 11.1. Serão admitidos recursos quanto:
- 11.1.1. ao indeferimento de inscrição;
- 11.1.2. ao indeferimento de inscrição;
- 11.1.3. ao indeferimento da solicitação para equiparamento na função de jurado;
- 11.1.4. ao indeferimento para concorrer às vagas reservadas;
- 11.1.5. ao indeferimento da solicitação de condição especial para a prova objetiva;
- 11.1.6. às questões das provas e gabaritos preliminares;
- 11.1.7. ao resultado preliminar da prova prática;
- 11.1.8. ao resultado preliminar da prova de títulos.
- 11.2. O prazo para interposição de recursos dos subitens supracitados, após a concretização do evento que lhes disser respeito, será como termo inicial e 1ª data útil subsequente à data do evento a ser recorrido e o prazo de 2 (dois) dias.
- 11.3. Serão admitidos apenas recursos do próprio candidato, sendo vedada a interposição de recursos para contestar notas e/ou colocações de outros candidatos.
- 11.4. Os recursos deverão ser interpostos através da área do candidato por intermédio do endereço disponibilizado em <https://sistemas.cpcpn.org.br/ajuda/ajuda.asp>.
- 11.5. O texto do recurso deve ser inserido sem formatação, estando o candidato ciente de que o recurso é automaticamente enviado quando se pressiona a tecla **Enviar** do teclado ou quando se pressiona o botão enviar na página do recurso, não sendo possível editar o recurso.
- 11.6. O recurso eletrônico e o intertemporal não serão aceitos, nem os enviados por fac-símile (fax), telex, e-mail, telegrama ou outro meio que não seja o especificado neste Edital.
- 11.7. A Comissão Permanente de Concursos constitui a última instância para recursos, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não cabe recurso adlocum.
- 11.8. Os recursos interpostos em desacordo com as especificações contidas neste Capítulo não serão avaliados.
- 11.9. O gabarito provisório poderá ser alterado em função dos recursos impetrados no dia de ofício, sendo as provas corrigidas de acordo com o gabarito definitivo, divulgado após o prazo recursal.
- 11.10. As respostas dos recursos interpostos ficarão disponíveis na área do candidato que o intertrôs.

12. DA HOMOLOGAÇÃO E DAS NOMEAÇÕES

- 12.1. O resultado final do Concurso Público será encaminhado pela Comissão Técnica para Planejamento e Execução de Concurso Público à Prefeitura Municipal de Mãe D'Água, que irá homologar e fará publicar nos meios de comunicação devidos.
- 12.2. Nos termos das exigências previstas na Constituição Federal e na legislação vigente, o candidato convocado para nomeação deverá preencher os requisitos abaixo especificados:
- 12.2.1. Ser brasileiro nato ou naturalizado ou cidadão português a quem foi deferida a qualidade recíproca prevista no Decreto Federal nº 70.436, de 18 de agosto de 1971, ou ao estrangeiro nos casos previstos em lei.
- 12.2.2. Ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos no dia da convocação.
- 12.2.3. Possuir a nacionalidade e as exigências de cargo para o qual concorre, conforme previsto neste Edital e na legislação pertinente.
- 12.2.4. Estar quite com as obrigações militares, se candidato do sexo masculino.
- 12.2.5. Estar em gozo de seus direitos civis, políticos e eleitorais.
- 12.2.5. Estar em gozo de seus direitos civis, políticos e eleitorais.
- 12.2.6. Gozar de boa saúde física e mental e não possuir deficiência incompatível com o exercício das funções atribuídas ao cargo, atestado por meio da perícia médica oficial.
- 12.2.7. Não haver sofrido, no exercício de atividade pública, penalidade por atos incompatíveis com o serviço público, nem penas antecedentes criminais.
- 12.2.8. Não ser apenado por invalidez e nem estar com saúde de aposentadoria compulsória, isto é, 75 (setenta e cinco) anos.
- 12.2.9. Não receber proventos, vantagens de cargo, aposentadoria, emprego ou função, exercidos no âmbito do União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios ou de suas autarquias, empresas ou fundações, conforme previsto no art. 37, § 10º da Constituição Federal, ressalvadas as acumulações permitidas, devendo o candidato apresentar certidão contendo o cargo e a carga horária exercida para fins de exclusão da possibilidade de acumulação.
- 12.2.10. Não ter sido condenado nas condições previstas na Lei Federal nº 11.340, de 27 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e Lei Federal nº 10.741 de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), nos termos do art. 1º da Lei Municipal nº 2005, de 23 de setembro de 2021.
- 12.3. O provimento dos cargos ficará a critério da Prefeitura Municipal de Mãe D'Água, de acordo com as necessidades do órgão.
- 12.4. A investidura nos cargos obedecerá rigorosamente à ordem de classificação final obtida por opção do cargo friso pelo candidato no ato de sua inscrição.

EDITAL NORMATIVO DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2026 | Prefeitura Municipal de Mãe D'Água 17 de 19

- 12.5. No caso de desistência formal da nomeação, prosseguir-se-á a nomeação dos demais candidatos habilitados, obedecendo rigorosamente a ordem de classificação por cargo.
- 12.6. No ato de convocação dos candidatos, a Prefeitura Municipal de Mãe D'Água informará a relação de documentos e exames que deverão ser apresentados.
- 12.7. Ao efetuar sua inscrição neste Concurso Público, o candidato declara estar ciente deste Edital e de seus termos, dos requisitos do certame e aceita que, caso aprovado, deverá entregar todos os documentos comprobatórios exigidos.
- 12.8. O candidato que for nomeado e deixar de tomar posse no prazo legal, terá o ato de nomeação tornado sem efeito.
- 12.9. O candidato que tomar posse e não entrar em exercício no prazo legal, será exonerado do cargo.
- 12.10. Além da apresentação da documentação solicitada no ato de convocação do candidato, a posse do candidato ficará condicionada à realização de inspeção médica realizada por Junta Médica Oficial indicada pela Prefeitura Municipal de Mãe D'Água.
- 12.11. O local onde o candidato realizar as provas não terá influência para efeito de lotação.
- 12.12. A falta de comparecimento de qualquer um dos requisitos para a investidura até a data da posse ou a prática de qualquer ilícito que comprometa a veracidade na comprovação de quaisquer requisitos para investidura do cargo acarretará a eliminação do candidato neste Concurso Público, ainda que já tenha sido publicada a homologação do resultado final, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 13.1. O candidato pode ser enquadrado nas seguintes situações neste Concurso Público:
- 13.1.1. ELIMINADO, se for eliminado por qualquer motivo, inclusive ausência;
- 13.1.2. CLASSIFICADO, se fez todas as provas, atingiu a pontuação mínima, mas não ficou posicionado dentro das vagas;
- 13.1.3. APROVADO, se fez todas as provas, atingiu a pontuação mínima e ficou posicionado dentro das vagas.

- 13.2. Todas as convocações, inclusive após a publicação do resultado final, serão de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Mãe D'Água.
- 13.2.1. Encontrar-se-ão disponíveis no endereço eletrônico <https://cpcpn.org.br/ajuda/ajuda.asp> todas as publicações de eventos ocorridos relacionados ao certame, ocorridos entre a publicação deste Edital e o resultado final, inclusive.
- 13.3. Não será fornecido ao candidato qualquer certidão, declaração ou documento comprobatório a fim de atestar sua classificação no Concurso Público realizado, para esse fim, a homologação publicada pela Prefeitura Municipal de Mãe D'Água.
- 13.4. A CPCon ficará responsável apenas pela divulgação do resultado final no endereço eletrônico <https://cpcpn.org.br/ajuda/ajuda.asp>, de modo que todas as convocações, inclusive após a publicação do resultado final, serão de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Mãe D'Água, cabendo ao candidato acompanhar todas as convocações através dos meios oficiais de publicação dos atos da Prefeitura.
- 13.4.1. O Concurso Público terá validade de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período.
- 13.4.2. A inexecução das afirmativas e/ou irregularidades dos documentos apresentados, verificadas a qualquer tempo, acarretará a eliminação do candidato, sem prejuízo de eventual sanção cível, criminal e/ou administrativa.
- 13.6. Caberá à Prefeitura Municipal de Mãe D'Água a homologação do resultado final do Concurso Público.
- 13.7. A inscrição do candidato implicará no conhecimento das presentes instruções e na aceitação das condições do Concurso Público, tais como se acham estabelecidas neste Edital e nas normas legais pertinentes, bem como em eventuais aditamentos e instruções especiais para a realização do certame, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.
- 13.8. Somente será objeto de avaliação nas provas do Concurso Público, a legislação promulgada até a publicação deste Edital, sendo possível avaliar legislação que, publicada em data anterior, esteja na vigente *legis*.
- 13.9. O acompanhamento das publicações de editais, avisos e comunicados pertinentes ao Concurso Público e de responsabilidade exclusiva do candidato, não sendo permitida por telefone ou e-mail informações relativas à aplicação das provas nem ao resultado deste certame.
- 13.10. É de inteira e exclusiva responsabilidade da Prefeitura Municipal de Mãe D'Água publicar todas as convocações, editais e demais publicações nos meios de comunicação oficial do município.
- 13.11. A Prefeitura Municipal de Mãe D'Água reserva-se o direito de nomear os candidatos em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e o número de vagas existentes.
- 13.12. O candidato aprovado no Concurso Público só poderá desistir do respectivo certame de forma definitiva mediante requerimento endereçado à Prefeitura Municipal de Mãe D'Água antes do ato de convocação à posse.
- 13.13. As despesas relativas à participação do candidato em quaisquer das fases deste Concurso Público para provimento de cargos da Prefeitura Municipal de Mãe D'Água e a apresentação para posse e exercício correrão às expensas do próprio candidato.
- 13.14. É de inteira responsabilidade do candidato manter seu endereço, inclusive o eletrônico, e telefone atualizados até que se expira o prazo de validade do Concurso Público para viabilizar os contatos necessários.
- 13.15. A Prefeitura Municipal de Mãe D'Água e a CPCon não se responsabilizam por eventuais prejuízos ao candidato decorrentes de:
- 13.15.1. endereço não atualizado;
- 13.15.2. endereço de difícil acesso;
- 13.15.3. correspondência devolvida por razões diversas de fomento e/ou endereço errado do candidato;
- 13.15.4. correspondência recebida por terceiros.
- 13.16. Após 180 (cento e oitenta) dias, os cadernos de provas, as folhas de resposta e o material utilizado na realização do Concurso Público serão desperdiçados.

EDITAL NORMATIVO DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2026 | Prefeitura Municipal de Mãe D'Água 18 de 19

- 13.17. A Comissão de Concurso Público, bem como a CPCon, poderão alterar as datas apresentadas no Anexo I, caso seja necessário, sem que haja ressarcimento da taxa de inscrição de quaisquer dos candidatos inscritos.
- 13.18. Os casos omissos em que houver quaisquer dúvidas serão resolvidos pela Prefeitura Municipal de Mãe D'Água, pela Comissão Permanente Organizadora do Concurso Público e/ou pela CPCon, no qual cada um cobrar.

Mãe d'Água, 25 de junho de 2026.

JOANA DARCI MONTEIRO DE OLIVEIRA

Presidente da Comissão de Concurso Público

GOVERNO MUNICIPAL
PREFEITO JUCELIO PEREIRA MOURA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA – PB
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LUIZ FURTADO DE FIGUEIREDO, 48 - CENTRO.
CEP: 58.740-000 – MÃE D'ÁGUA-PB FONE: (83) 3428-1000
WWW.MAEDAGUA.PB.GOV.BR